

6º Encontro da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas do ParlAmericas | Tornando Nosso Futuro Verde uma Realidade: O Caminho para Baixas Emissões

Abordando os compromissos assumidos nas missões ambientais adotadas na 9ª Cúpula das Américas



Reconhecendo que as emissões líquidas de gases de efeito estufa de origem antropogênica têm aumentado constantemente em todos os principais setores, e que os modelos de desenvolvimento não sustentáveis e desiguais estão aumentando a exposição de ecossistemas e seres humanos a riscos climáticos, **o 6º Encontro da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas (RPMC) concentrou-se na análise de iniciativas legislativas que podem ser implementadas para a redução das emissões de gases de efeito estufa, sobretudo nos setores com os mais elevados níveis de emissão: energia; transporte; agricultura, florestas e uso do solo.**

O 6º Encontro contou com duas reuniões, [Diálogo Interparlamentar](#) e [Sessão Plenária](#), que terminaram com a adoção de uma [declaração](#). Para garantir uma perspectiva inclusiva na conversa, a metodologia do Encontro foi discutida com as organizações de defesa da mulher, e os diálogos apresentaram as perspectivas de múltiplas partes interessadas, entre elas parlamentares, pessoal parlamentar, organizações da sociedade civil, representantes da juventude, empresários, acadêmicos e organizações internacionais.

Levando em consideração os trabalhos da RPMC para promover a troca de conhecimentos e incentivar a ação climática por parte dos parlamentos, bem como a [missão](#) adotada pelos Chefes de Estado e Governo na 9ª Cúpula das Américas, a fim de promover a participação parlamentar como parte integrante do processo das Cúpulas das Américas, por meio do ParlAmericas, **o documento a seguir apresenta um breve detalhamento de como o 6º Encontro da RPMC do ParlAmericas: “Tornando nosso futuro verde uma realidade: O caminho para baixas emissões” incorporou aos seus temas e à declaração os compromissos das missões: [Acelerando a Transição Justa para a Energia Limpa, Sustentável e Renovável](#) e [Nosso Futuro Sustentável e Verde](#).**

NOSSO FUTURO SUSTENTÁVEL E VERDE

Compromisso 1: “Promover a Declaração dos Líderes de Glasgow sobre as Florestas e o Uso da Terra, os compromissos nacionais sobre desmatamento e conservação e o trabalho regional de se deter e reverter o desmatamento e conservar, manejar e utilizar sustentavelmente os ecossistemas.”

- ✓ A Sessão Plenária do 6º Encontro da RPMC examinou a atual condição do uso do solo e as estratégias que parlamentos podem empregar para estimular a agricultura

sustentável, frear o desmatamento para contribuir para o alcance da “Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso do Solo” e conter a desertificação, conforme exigido na [Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação](#).

Compromisso 1a: “Trabalhar, com o apoio de organizações regionais e sub-regionais, para estimular o desenvolvimento sustentável e promover a igualdade de oportunidades para as populações afetadas pela mudança do clima, inclusive povos indígenas e comunidades locais, respeitando, preservando e mantendo os conhecimentos, as inovações e as práticas que incorporem estilos de vida tradicionais relevantes para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica, em conformidade com a legislação nacional.”

- ✓ O 6º Encontro incorporou uma perspectiva multissetorial, de gênero e interseccional a todos os seus temas, abordando a maneira como políticas e orçamentos poderiam responder aos princípios de equidade e sustentabilidade. Ele considerou as particularidades relacionadas ao uso e demanda de energia, meios de transporte e tecnologia, bem como agricultura, florestas e uso do solo, em consonância com os direitos e conhecimentos tradicionais de povos indígenas, produtores e comunidades locais, de acordo com a legislação nacional e instrumentos internacionais. Além disso, o Encontro assegurou uma participação equilibrada da América Latina e do Caribe, possibilitando o entendimento de impactos diferenciados nas sub-regiões.

Compromisso 1c: “Adotar, conforme apropriado, iniciativas nacionais para deter e reverter a perda florestal e a degradação dos solos, o que inclui a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, mediante a implementação de ações mais ambiciosas em consonância com a ciência e o objetivo de envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais.”

- ✓ O tema do 6º Encontro: “Tornando nosso futuro verde uma realidade: O caminho para baixas emissões” teve como foco o modo pelo qual legisladores, por meio de suas funções legislativas, orçamentárias e de supervisão, podem ajudar a promover a redução de emissões nos três setores que respondem pelos mais elevados níveis de emissão (energia; transporte; agricultura, florestas e uso do solo) para consecução da meta do Acordo de Paris de restringir a temperatura global média a bem menos do que 2°C acima dos níveis pré-industriais, e implementar esforços para restringir o aumento da temperatura global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Compromisso 2a: “A fim de reduzir a quantidade de emissões de gases de efeito estufa liberados na atmosfera pelo uso agrícola, florestal, de mineração e de outros setores da terra, comprometemo-nos a: promover políticas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, fortalecer a adaptação e a resiliência do setor agrícola à mudança do clima, e aumentar a segurança alimentar, bem como o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis que priorizem a saúde e o bem-estar das comunidades locais e das partes interessadas.”

- ✓ A Sessão Plenária examinou as ações legislativas que apoiam modelos agrícolas inteligentes para o clima e sensíveis ao gênero, que reduzem as emissões de carbono e metano para aumentar os níveis de segurança alimentar, restaurar terrenos degradados e restabelecer a saúde do solo, bem como construir economias socialmente inclusivas e sustentáveis.
- ✓ Ela também explorou a função do poder legislativo no alcance da [meta 5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#), apoiando a promoção do acesso das mulheres à propriedade de terras, bem como o sustento de comunidades rurais e a agricultura familiar de pequena escala.

Compromisso 2b/4a: “Procurar aumentar o investimento público agregado na inovação agrícola para uma agricultura e sistemas alimentares climaticamente inteligentes nos próximos cinco anos, inclusive com o apoio do setor privado e dos mecanismos multilaterais; continuar a aumentar e aprimorar o financiamento e os investimentos em ações em prol do clima, de uma grande variedade de fontes, e trabalhar para melhorar a capacidade de acessar esses investimentos e fluxos financeiros, e deles se beneficiar, especialmente por parte dos países mais vulneráveis.”

- ✓ O 6º Encontro, em especial a Sessão Plenária, examinou as oportunidades para a ação parlamentar aumentar investimentos na questão climática, inclusive por meio do desenvolvimento de marcos regulatórios para atrair investimentos locais e internacionais, integrando planos climáticos aos orçamentos nacionais e planos de retomada econômica pós-COVID-19. Ele também explorou o modo como os parlamentos podem ajudar a obter recursos de organizações internacionais de financiamento à ação climática e, posteriormente, direcioná-los para comunidades.

Compromisso 4f: “Melhorar e incentivar a prestação de serviços de informação sobre o clima, de ferramentas de apoio para a tomada de decisões e de sistemas de alerta antecipado para melhorar a compreensão dos efeitos climáticos e a resposta a eles, e evitar, reduzir ao mínimo e enfrentar as perdas e os danos associados aos efeitos adversos da mudança do clima em todos os setores e diferentes escalas.”

- ✓ Os diálogos do 6º Encontro incorporaram perspectivas interseccionais e de múltiplas partes interessadas. Parlamentares, pessoal parlamentar, organizações da sociedade civil, organizações de defesa dos direitos da mulher, representantes da juventude, empresários, acadêmicos, organizações internacionais e instituições parlamentares apresentaram diversas perspectivas sobre as diferentes oportunidades e desafios existentes na redução de emissões, bem como sobre como assegurar que essas ações não deixem ninguém para trás. Além disso, para garantir que o Encontro refletisse as necessidades atuais de mulheres e meninas em cada tópico abordado, a metodologia utilizada para o encontro foi enriquecida com contribuições e percepções de organizações de defesa dos direitos da mulher que atuam na agenda climática nas Américas e Caribe.

- ✓ As sessões promoveram conscientização sobre a necessidade de proporcionar espaços para os jovens, sobretudo jovens mulheres e meninas, participarem de forma significativa da tomada de decisões sobre o combate aos efeitos da mudança climática e proteção do meio ambiente. Elas também examinaram a promoção da educação de mulheres e meninas para que sigam carreira nos campos da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM, sigla em inglês), como programas de capacitação que incluam bolsas de estudo.

ACELERANDO A TRANSIÇÃO JUSTA PARA A ENERGIA LIMPA, SUSTENTÁVEL E RENOVÁVEL

Compromisso 4: “Recordar que o Pacto Climático de Glasgow convoca as partes a acelerar o desenvolvimento, a implantação e a disseminação de tecnologias e a adoção de políticas para a transição para sistemas de energia de baixa emissão, inclusive mediante a ampliação rápida da implantação da geração de energia limpa e de medidas de eficiência energética, inclusive a aceleração de esforços para a redução gradual de energia de carvão sem medidas de mitigação, e a redução gradual de subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, ao mesmo tempo em que se presta apoio específico aos mais pobres e vulneráveis, de acordo com as circunstâncias nacionais e reconhecendo-se a necessidade de apoio para uma transição justa.”

- ✓ O Diálogo Interparlamentar do Encontro explorou as oportunidades disponíveis para a região promover o avanço da sua transição para energias renováveis, e como os parlamentos podem apoiar esses esforços, ajudar a preencher lacunas no acesso a eletricidade de qualidade a preço acessível, e promover o empoderamento econômico de mulheres e comunidades marginalizadas. Ele também clamou pela adoção de políticas para o cumprimento do [Pacto Climático de Glasgow](#) e assecuração de uma transição justa.

Compromisso 5: “Trabalhar para implementar as metas de mitigação de emissões para 2030 e desenvolver, na medida do possível, planos em nível nacional para acelerar o processo de transição energética para uma economia com baixas emissões de carbono, de acordo com as contribuições nacionalmente determinadas, no âmbito do Acordo de Paris, em um prazo consistente com os passos dados para os objetivos propostos no artigo 2 do Acordo de Paris.”

- ✓ O 6º Encontro incentivou os parlamentos a defenderem a redução de emissões de gases de efeito estufa, aumentarem a ambição das Contribuições Nacionalmente Determinadas (CND) de seus países e, exigirem a prestação de contas por parte dos governos a respeito de sua implementação. As partes interessadas concordaram sobre a relevância de políticas nacionais mais alinhadas com

mecanismos e acordos internacionais/regionais, tais como o [Acordo de Paris](#), a [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#), o [Acordo de Escazú](#), o [Marco de Sendai](#), a [Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação](#), a [Convenção sobre Diversidade Biológica](#), o [Pacto Climático de Glasgow](#), bem como os diversos [resultados da COP26](#).

Compromisso 6: “ Compartilhar as melhores práticas em matéria de infraestrutura de transporte e projetos urbanos inclusivos, equitativos e eficientes do ponto de vista energético.”

- ✓ Um dos focos do Diálogo Interparlamentar foi a melhoria do transporte público e o avanço das metas de eletromobilidade. As e os parlamentares discutiram a necessidade do desenvolvimento de iniciativas legislativas que englobem incentivos fiscais para a promoção do uso de veículos com zero emissão de carbono, assegurando sua viabilidade financeira, bem como de apoiar e monitorar os investimentos necessários para a infraestrutura de carga e descarbonização na geração de eletricidade. O diálogo observou a necessidade de assegurar que a legislação e respectivas políticas públicas sejam desenvolvidas de forma inclusiva, em conjunto com grupos tradicionalmente marginalizados, sem exacerbar desigualdades.
- ✓ Além disso, o diálogo demonstrou a importância de debates orçamentários parlamentares considerarem investimentos em transporte público sustentável e meios de transporte ativos que englobem a infraestrutura necessária, a fim de que todas as pessoas tenham acesso a mobilidade segura, confiável, barata, conectada e acessível, cujo desenvolvimento leve em conta, de forma coerente e sistemática, considerações sobre gênero e as necessidades diferenciadas de mulheres, crianças, portadores de necessidades especiais e idosos.

Compromisso 7: “ Apoiar e promover a cooperação para aumentar a participação de todas as formas e tipos de energia renovável nos países das Américas, de acordo com suas estratégias nacionais, como as energias eólica, solar, eólica marinha, a bioenergia, a energia geotérmica, a hidroeletricidade, e outras fontes de energia com níveis baixos de emissões de carbono, particularmente nos setores elétrico, industrial, de transportes e de moradia, juntamente com tecnologias para a captura, o armazenamento e a remoção do carbono, e mecanismos de redução de emissões, bem como hidrogênio de baixo carbono, que possam contribuir para alcançar emissões líquidas zero até 2050.”

- ✓ O Diálogo Parlamentar explorou as oportunidades existentes para a região promover o avanço da sua transição para energias renováveis e, como os parlamentos podem apoiar esses esforços e ajudar a preencher lacunas no acesso a eletricidade de qualidade e a preço acessível. Considerando que as mulheres representam somente 32% da força de trabalho no setor de energia renovável, as e os parlamentares foram convocados a assegurar que abordagens de gênero e interseccionais sejam consideradas no desenvolvimento de estratégias em prol de uma transição

energética justa e inclusiva, com o objetivo de promover a participação das mulheres na economia verde e facilitar seu acesso a oportunidades de trabalho em setores sustentáveis.

Compromisso 14: “Criar condições favoráveis e justas à participação de capitais públicos e privados, nacionais e estrangeiros, e de organismos multilaterais no desenvolvimento de novas fontes de energia limpa e renovável, bem como ao fomento à transferência de conhecimentos em temas de eficiência energética e tecnologias disruptivas que permitam a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, como a incorporação do uso de biocombustíveis sustentáveis, hidrogênio de baixo carbono, e a mobilidade elétrica.”

- ✓ O 6º Encontro destacou a importância da cooperação regional e proporcionou um espaço para que parlamentares, pessoal parlamentar, representantes da sociedade civil, organizações da juventude e especialistas dialoguem e compartilhem boas práticas, visando promover a transição para energia renovável de forma mais acessível financeiramente; eletromobilidade e melhoria de meios de transporte públicos e ativos; bem como modelos agrícolas inteligentes para o clima e sensíveis ao gênero que reduzam emissões e aumentem a resiliência.

Compromisso 15: “Trabalhar para o desenvolvimento de estratégias de transição energética justas, inclusivas e com perspectiva de gênero que levem em consideração as circunstâncias geográficas específicas na região, em particular a situação vulnerável dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, que enfrentam desafios econômicos e de resiliência ambiental, além de limitações técnicas para interconectar suas infraestruturas de energia.”

- ✓ O 6º Encontro incorporou princípios de boa governança climática, convidando atores estatais e não estatais, tais como organizações da sociedade civil, mulheres, jovens, pessoas com necessidades especiais, trabalhadores, povos indígenas e comunidades locais, bem como o setor privado, a identificarem juntos ações para o enfrentamento da crise climática e redução das emissões de gases de efeito estufa, em consonância com os direitos humanos e levando em conta equidade, igualdade de gênero, erradicação da pobreza, bem como os impactos diferenciados da mudança climática sobre determinadas populações.
- ✓ Da mesma forma, em conformidade com os [acordos](#) assumidos no âmbito da 66ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Situação Jurídica e Social da Mulher, o Encontro forneceu estratégias para assegurar que abordagens de gênero sejam incorporadas, de forma transversal, no desenvolvimento, análise e implementação de políticas, leis e programas sobre mitigação e adaptação à mudança climática.



A elaboração deste documento foi possível em parte graças ao apoio do Governo do Canadá, por meio do seu Ministério de Relações Exteriores (Global Affairs Canada - GAC).

Publicado em 2022.